

Direito Processual Civil

A pós-graduação lato sensu em Direito Processual Civil não apenas habilita o profissional de direito a ser um profundo conhecedor do conjunto de normas e princípios que regem o exercício da jurisdição, o Código de Processo Civil Brasileiro, como também o capacita para atuar com confiança e segurança jurídica nos embates e discussões processuais, provocados pelas mudanças e transformações legislativas, bem como em conformidade com o posicionamento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Por que fazer Direito Processual Civil na PUCPR?

Reconhecida como uma das melhores instituições de ensino do Brasil, a PUCPR desenvolveu a Pós-Graduação em Direito Processual Civil com o objetivo de formar profissionais preparados para um mercado exigente.

Com metodologia inovadora e viés absolutamente prático, oferece oficinas de prazos e de peças processuais, audiências simuladas, sustentação oral, estudo de casos e visitas técnicas, oportunizando a análise crítica do Código de Processo Civil.

Os cursos de pós-graduação lato sensu da área do Direito da PUCPR oferecem ao aluno a opção de realizar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Essa possibilidade está em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC para os cursos de pós-graduação lato sensu em todo o País (Res. 1/2018 da Câmara de Educação Superior) e visa atender os estudantes que necessitam do TCC em seus currículos, por qualquer motivo que seja. Seguem como requisitos para aprovação no curso e a consequente emissão de certificado de Pós-graduação Lato Sensu, a presença em sala de aula (ou ambiente virtual) dentro do mínimo estabelecido, bem como a aprovação nas atividades avaliativas das disciplinas que compõem o programa.

Aqueles que optarem por realizar o TCC deverão matricular-se na disciplina específica (Orientação de TCC), para a qual receberão orientação dentro de sua área de interesse. Essa disciplina passará a compor a grade curricular do estudante, terá custo à parte e deverá ser finalizada até a conclusão do curso. Aprovado o trabalho de conclusão de curso realizado pelo aluno, o histórico do curso de pós-graduação é acrescido da informação de que o curso contou com TCC.

A matrícula na disciplina de TCC amplia o vínculo do aluno com o curso. Desta forma, o certificado do aluno somente poderá ser emitido após a conclusão, com êxito, do trabalho de conclusão de curso.

Respeitando as condições sanitárias dispostas pelas entidades governamentais, as aulas no modelo presencial ocorrerão a partir do 1º semestre de 2022 de forma presencial, iniciando de acordo com o calendário acadêmico e data de seu curso. Público-Alvo Advogados, Magistrados, Promotores, Procuradores, Assessores Jurídicos, baracheis em direito, advogados iniciantes e experientes, que buscam capacitação ou atualização profissional, através de atividades práticas e simuladas, com o objetivo de implementar suas habilidades profissionais na área do processo civil.

Campus:

Curitiba

Modalidade:

EAD

Formato:

E-mail:

pos.direito@pucpr.br

Telefone:

41984971479

www.pucpr.br

Aula Online ao Vivo

Duracao:

9 meses

Periodicidade:

Semanal

Mensalidade:

R\$ 581.90

Inscricao:

E-mail:

pos.direito@pucpr.br

Telefone:

41984971479

www.pucpr.br

[Clique aqui](#)

Disciplinas

Processo de Conhecimento I

Processo de Conhecimento II

Petição inicial: teoria e prática; contestação: regime jurídico e modelagem da estratégia de defesa; caso prático para elaboração de peças; provas: utilidade X necessidade; simulação de audiência de instrução para análise do comportamento das partes e cognição do juiz; sentença, teoria e prática.

Recursos aos Tribunais de Segundo Grau

Nesta disciplina os Estudantes analisam o cabimento de eventuais recursos sobre decisões judiciais correlatas, articulando-os às respectivas normas, por meio de técnicas de hermenêutica e visão sistêmica, com visão humanística e responsabilidade social. Ao final os Estudantes são capazes de examinar o processamento dos recursos que tramitam perante o segundo grau de jurisdição, usando teses jurídicas pertinentes e orientando a correspondente tomada de decisão, com fundamento, empatia e precisão argumentativa.

Recursos aos Tribunais Superiores

Nesta disciplina os Estudantes analisam o cabimento de eventuais recursos sobre decisões judiciais correlatas, articulando-os às respectivas normas, por meio de técnicas de hermenêutica e visão sistêmica, com visão humanística e responsabilidade social. Ao final os Estudantes são capazes de examinar o processamento dos recursos que tramitam perante os Tribunais Superiores, usando teses jurídicas pertinentes e orientando a correspondente tomada de decisão, com fundamento, empatia e precisão argumentativa.

Cumprimento de sentença

Nesta disciplina, os Estudantes analisam o Cumprimento de Sentença, identificando-os em casos concretos e relacionando-os às normas de Direito material e processual afins. Ao final os Estudantes são capazes de compreender as providências que devem ser adotadas a fim de receber o bem da vida pretendido, respaldados em títulos executivos judiciais, com visão sistêmica, senso crítico e autorregulação.

Processo de Execução

Nesta disciplina, os Estudantes analisam o Processo de Execução, identificando-os em casos concretos e relacionando-os às normas de Direito material e processual afins. Ao final, os Estudantes são capazes de buscar as medidas necessárias à constrição do devedor, visando a satisfação do credor que é detentor de um título executivo extrajudicial, resolvendo-os pelas vias jurídicas competentes, com visão sistêmica, senso crítico e autorregulação.

Procedimentos Especiais e Usucapião

Nesta disciplina os Estudantes, são apresentados aos procedimentos especiais de embargos de terceiro, ação monitória, consignação em pagamento e os relativos às ações possessórias e usucapião. Ao final, o estudante é capaz de, orientar a tomada de decisões e resolver conflitos utilizando-se dos demais procedimentos especiais, em conformidade com o sistema pluriprocessual, com precisão argumentativa.

Processo Constitucional

Nesta disciplina o estudante será apresentado às tutelas jurídicas previstas na constituição federal, tais como Mandado

de Segurança, Habeas Data, Mandado de Injunção, Ações Diretas de Controle da Constitucionalidade e Ação Declaratória de Descumprimento de Preceito Fundamental e ao Recurso Ordinário e Reclamação Constitucional. Ao final, o estudante é capaz de, orientar a tomada de decisões e resolver conflitos utilizando-se dos remédios constitucionais, em conformidade com o sistema pluriprocessual, com precisão argumentativa

Estudos de casos, Prazos e Sustentação Oral

Nesta disciplina os Estudantes são trazidos aos conceitos referentes ao desenvolvimento do processo civil em primeiro grau de jurisdição, de modo a serem articulados às normas jurídicas por meio de técnicas de hermenêutica e visão sistêmica. Ao final, os Estudantes são capazes de, demonstrando domínio da língua padrão e repertório técnico-jurídico pertinente, identificar, em casos concretos, o foro competente à tramitação de demandas cíveis, os atos processuais e prazos para a sua prática, nos cenários nacional e internacional

Juizados Especiais, Coisa Julgada e Ação Rescisória

Nesta disciplina os Estudantes são apresentados aos procedimentos dos juizados especiais e analisam dados relevantes em situações autênticas e o cabimento de eventuais meios de impugnação às decisões judiciais transitadas em julgado e são apresentados ao instituto da coisa julgada.

Ao final o estudante é capaz de orientar a tomada de decisões e resolver conflitos utilizando-se dos procedimentos dos juizados especiais, em conformidade com o sistema pluriprocessual, com precisão argumentativa e é capaz de examinar eventual cabimento de ações de competência originária dos Tribunais, usando teses jurídicas pertinentes e orientando a correspondente tomada de decisão, com fundamento, empatia e precisão argumentativa.

Ações de família e interações entre processo e direito material. Processos contenciosos e de jurisdição

Esta disciplina, apresenta aos Estudantes a tutela jurídica de arranjos familiares como o casamento civil, a união estável e a união homoafetiva, sob o ponto de vista de cada um de seus membros, e trata do parentesco e das relações assistenciais, tudo por meio do diálogo entre leis especiais, legislação ordinária, doutrina especializada, julgados e Princípios Constitucionais de Direito das Famílias. Ao final, os Estudantes são capazes de analisar conflitos familiares com o uso de empatia e escuta ativa, mobilizando os saberes apreendidos e resolvendo os embates existentes, de modo a melhorar a qualidade de vida dos envolvidos.

Oratória Aplicada ao Direito, Tutelas Coletivas e Direito Material

Nesta disciplina os Estudantes são apresentados às técnicas de oratória, aprimorando a comunicação verbal e não verbal.

Têm contato com os fundamentos de direitos coletivos e do consumidor, bem como a prevenção e tratamento do consumidor superendividado. Ao final, identificam direitos coletivos, formulam teses, aplicam métodos de resolução e prevenção de conflitos com visão humanística e responsabilidade social são capazes de superar as dificuldades de falar em público e dominarão a estrutura de uma apresentação oral que possa garantir-lhes uma carreira de sucesso.

Contrato de Locação e Processo, Conciliação e Mediação

Essa disciplina tem por finalidade revisar os conceitos e os procedimentos especiais (ações locatícias) previstos na Lei n. 8.245/1991, interpretando-os à luz do Código de Processo Civil de 2015 e dos precedentes jurisprudenciais, bem como analisar os efeitos da cláusula compromissória de arbitragem e também os impactos da pandemia (COVID-19) aos contratos de locação.

Os Estudantes analisam, com escuta ativa e empatia, as hipóteses de resolução compatíveis com o caso concreto, especialmente no tocante à aplicação de métodos pacíficos, considerando os interesses dos envolvidos e com domínio da língua padrão, garantindo uma decisão livre e informada a quem consulte. Ao final os Estudantes são capazes de

auxiliar a resolução e prevenção de conflitos autênticos de forma ética, por meio do uso da comunicação não violenta, repertório adequado e articulação de técnicas e métodos próprios às resoluções pacíficas, com visão humanística.

Mentoria

Disciplina Baseada em encontros presenciais ou online, individuais e coletivos, dialogados tendo como objetivos a discussão sobre temas de interesse pessoal dos alunos e sobre a carreira profissional

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.